

## RESENHA<sup>1</sup>

---

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba (org.). *Ocupação territorial e definição de fronteiras no Mediterrâneo Antigo*. São Paulo: Intermeios, 2023, 318 p.

*Juliana Figueira da Hora*<sup>2</sup>

A construção de uma relação territorial delimitada e translocal marcada por fronteiras no Mediterrâneo antigo perpassa pelo estabelecimento das cidades antigas e pela delimitação de espaços especializados. É inviável definir fronteiras espaciais sem deixar de incluir a cartografia desenhada de um território, a partir da formação de paisagens imaginadas, domínios, contatos e relações de diversas naturezas.

A antropologia social pressupõe a ideia dos espaços complexos a partir da noção de “fronteira”, compreendida como limite, divisa, espaço de contiguidade. Por outro lado, propõe um delineamento conceitual para além do estático limitante, incluindo os espaços das passagens e dos contatos, o que pressupõe o *locus* da hibridização. Homi Bhabha (2007) confere sentido à construção da ideia de “fronteira”, transformando-a em um lugar físico a partir da presença do movimento, presente na dinâmica dos encontros e na transformação das margens que se materializam. O Mediterrâneo pode significar “muitos” para os viajantes e etnógrafos que perfizeram os seus caminhos a fim de encontrar traços culturais, sem, portanto, delimitar áreas geográficas essencialmente. É interessante pensar no Mediterrâneo como um múltiplo, enlaçado por seus espaços, culturas e tempos, para além da

---

<sup>1</sup> Recebido em 23 de maio e aprovado em 23 de junho de 2024.

<sup>2</sup> Docente colaboradora do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP). É bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Nível 2. É pesquisadora associada do Laboratório de Estudos sobre Cidade Antiga (LABECA/MAE/USP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2697-9248>. E-mail: [juliusp10@gmail.com](mailto:juliusp10@gmail.com).

cartografia criadora de fronteiras artificiais. O Mediterrâneo como um meio de interação entre povos que se deslocavam e que movimentavam ideias, chamado pelo historiador francês Michel Gras (1998) de “cimento líquido”.

Pensar o Mediterrâneo no passado é pensar na atemporalidade das relações entre diferentes povos, pois a visão caleidoscópica das “microecologias humanas”, de acordo com Horden e Purcell (2019), própria dos estudos interdisciplinares, combina os processos passados e as narrativas culturais em uma escala de tempo multiescalar e transnacional. Os contatos culturais veementes, interpretados à luz das trocas culturais por influência do pensamento antropológico, que pressupõe a noção de permutas de sentidos múltiplos, permitem a transformação dos espaços, das coisas e das pessoas. Os pontos de troca e de “hibridização” do território fronteiriço indicam a existência de tensões, obstruções, e, ao mesmo tempo, indicam transformação, diálogo e fluidez (Hodos, 2010). Este movimento, que se configura no nascimento das pólis no Mediterrâneo, transcende os espaços e os sujeitos por si só. A transformação do território é simbiótica, lugar onde sujeitos e espaços se confundem. Ingold (2012) materializa a paisagem enquanto coisa fluida, integrada à dinâmica da vida. Maria Cristina Kormikiari (2014) constrói a ideia de paisagem na Arqueologia nos seus diversos percursos que envolvem o território, a partir dos marcos de proteção e fronteiras criadas pela sociedade, em seus locais de culto, em seus locais de convívio político, econômico e social, e na especialização dos espaços públicos e privados, e, por fim, a partir dos pontos estratégicos nas fronteiras do território.

Para esta publicação, Maria Beatriz Borba Florenzano, organizadora deste volume, propõe a discussão de fronteira no Mediterrâneo Antigo, a partir da ocupação territorial da Cidade Antiga. O estudo da materialidade como documento e como definidor de espaços especializados da pólis no Mediterrâneo transcorre de uma base teórico-metodológica enraizada nos estudos sobre mobilidade na Arqueologia do Mediterrâneo Antigo, sobretudo, entre os séculos VIII e IV a.C. Maria Beatriz Florenzano reforça a importância dos projetos desenvolvidos no Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (LABECA),<sup>3</sup> a partir, principalmente, dos estudos acerca da percepção grega dos espaços. Além disso, destaca a relevância da compreensão da definição

---

<sup>3</sup> Disponível em: [www.labeca.mae.usp.br](http://www.labeca.mae.usp.br). Acesso em: 23 maio 2024.

de pólis, que, de acordo com Hansen Mogens Herman, coordenador do Copenhagen Polis Centre for the Danish National Research Foundation, significa “pequena comunidade”, com governo próprio, possuindo um centro urbano e o seu território (2004). Os estudos a partir das nomenclaturas e termos utilizados em fontes antigas permitiram o contato e o diálogo interdisciplinar com a História, com as Letras Clássicas, com a Geografia e com a Antropologia. A imersão cultural nos significados intrínsecos das palavras a partir de suas raízes gregas foi crucial para a construção de uma base de dados importante de termos relacionados aos espaços da pólis. Foram anos de leitura e desenvolvimento de projetos voltados para esta questão em diversas cronologias, fontes escritas e estudos historiográficos a respeito da especialização de espaços e fronteiras na pólis grega.

Para este volume, o destaque é para o estudo das fronteiras no Mediterrâneo Antigo, a partir de estudos de caso. Ao longo dos capítulos, é interessante observar a recorrência da temática dos contatos entre os povos, a interação com indígenas locais, a força do elemento sagrado, cujos cultos foram determinantes, muitas vezes, no processo de expansão e de estabelecimento de limites ao território e para os espaços de hibridização.

Os capítulos buscam a consonância entre a materialidade dos objetos e o espaço, a fim de compreender a simbiose dos sujeitos com os elementos territoriais e fronteiriços do contexto do Mediterrâneo, da fluidez e dos contatos regionais, transregionais e translocais. O livro divide-se em doze partes, sendo a primeira parte a apresentação dos projetos financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) entre março de 2006 a 2022. Este balanço é importante para a consolidação da área no Brasil e para o conhecimento da dimensão da importância das pesquisas desenvolvidas ao longo deste processo. A apresentação de Maria Beatriz Florenzano é primorosa, cuidadosa e muito coerente com a proposta do livro, pois inicia a sua fala com o peso das temáticas desenvolvidas no LABECA, os fomentos, continuidades e resultados, e contempla, para além disso, a proposta de um museu universitário, fundado no tripé “ensino, pesquisa e extensão”. Isto a partir da publicação de um dos capítulos desenvolvidos pela professora Elaine Hirata e sua mestranda na ocasião, Ana Paula Moreli Tauhyl, que desenvolveram uma pesquisa importante na área educativa do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP). Após a Introdução, o livro divide-se em 11 capítulos, iniciando com um ensaio comparativo da professora Maria Cristina Kormikiari,

que traz os casos da Sicília e da Sardenha, a partir das fundações fenícias no Mediterrâneo, a fim de mostrar que os fenícios fundaram cidades na hinterlândia, ocupando espaços seguindo o fluxo do conhecimento da região e dos contatos travados com indígenas locais. No capítulo seguinte, a pesquisa desenvolvida pela professora Elaine Hirata e por Ana Tauhyl leva os debates do meio acadêmico para além das fronteiras da Universidade. A extroversão do conhecimento por meio de projetos educativos eleva a proposta de extensão desta trajetória de estudos do laboratório. O capítulo da Daniela Bessa Puccini aborda o caso de Tasos, uma ilha no Norte do Egeu, que possui uma importância ímpar para aquela região. Uma pólis complexa que fundou cidades no entorno do continente trácio e que configurou o seu território na relação intrínseca com a esfera do sagrado. No capítulo seguinte, Márcia Cristina L. Ribeiro nos brinda com uma reflexão a partir das tragédias gregas e a relação simbólica existente entre a cidade e os espaços construídos. A autora parte da análise e do cotejo documental a partir das passagens escritas da tragédia *Íon*, de Eurípedes, e monumentos e espaços mencionados. No percurso de seu texto, Lacerda Ribeiro apresenta o pensamento de Amos Rapoport (1982) e o conceito de “ambiente construído”, um guia importante na construção de uma ponte entre a agência dos objetos e a agência humana. O comportamento transmitido da troca entre os espaços ativos na paisagem e as pessoas, agentes do processo, trazem vida aos documentos em diálogo e nos instigam a pensar nas nossas relações com os objetos. Eleftheria Pappa, no capítulo posterior, nos traz a difusão do alfabeto fenício/púnico articulado aos “nós” de comunicação com populações indígenas do Mediterrâneo. A documentação analisada trouxe, de maneira acurada, evidências das articulações a partir dos achados arqueológicos na região da Península Ibérica e do Mediterrâneo Oriental, em Chipre e no Egeu. Os capítulos que se seguem trazem um peso maior para questões religiosas e simbólicas de poder, a partir da documentação material. Leonardo Fuduli aponta, a partir da monumentalidade na Sicília, o poderio motivado pela ideologia tirânica na região da Sicília no período helenístico. Lilian Laky nos mostra, a partir do santuário de Zeus Ithomatas, localizado nos limites da pólis de Messênia, a construção identitária política e regional presente nos espaços de culto à divindade. Por meio da documentação numismática, ela analisa o discurso da nova fundação, onde o culto de Zeus estava situado.

Felipe Perissato nos traz a religiosidade por meio da demarcação dos caminhos das procissões. É o simbólico presente na memória demarcada de

um culto, em que ele observa a integração e a agência na dinâmica espacial delimitada pelo ritual praticado neste percurso.

Rodrigo Lima nos apresenta o edifício funerário em Cádiz, em comparação com outros elementos fenício/púnicos presentes na mesma cronologia. Para o autor, a marcação desses monumentos na paisagem dinamizava cultos fenícios representados.

Danilo Tabone (*in memoriam*) faz um magnífico levantamento dos espaços sagrados na *khóra* de Gela. A partir do levantamento, investiga a noção de “fronteira” compreendida pelos gregos. O espaço da hinterlândia, segundo o autor, não era uma subárea do território, quebrando o binarismo dos espaços que estavam presentes nos estudos em voga.

Assim sendo, destaco a abrangência e a organização das temáticas presentes nesta publicação. Trata-se de anos de discussão e pesquisa sobre a cidade antiga, resultados de investigações profundas sobre o caldeirão multicultural que o Mediterrâneo representa. Como Florenzano bem destaca na Introdução, trata-se de um balanço empreendido por anos de trabalho e dedicação à pesquisa.

### **Referências Bibliográficas**

- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- GRAS, Michel. *O Mediterrâneo Arcaico*. Lisboa: Ed. Teorema, 1998.
- HODOS, Tamar. *Local and global perspectives in the study of social and cultural identities: material culture and social identities in the ancient world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- HANSEN, Mogens Herman. *An inventory of Archaic and Classical Polis*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- INGOLD, Tim. Toward an ecology of materials. *Annual review of anthropology*, n. 41, p. 427-442, 2012.
- KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau. *Arqueologia da paisagem*. São Paulo: LABECA/MAE/USP, 2014. p. 1-21.